



**Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço
e Caridade**

RELATÓRIO E CONTAS

ANO DE 2025



Índice

Mensagem do Provedor	3
1. Mesa Administrativa	6
2. Manutenção da Classificação da Irmandade como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)	7
3. Atividades Desenvolvidas	7
4. Desempenho Económico e Financeiro	11
5. Perspetivas Futuras	16
6. Proposta de Aplicação de Resultados	18
7. Nota Final	18

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'R' and a signature that appears to be 'J. P. ...']



Handwritten signature and initials in blue ink.

Prezados Irmãos



Em cumprimento das disposições estatutárias, apresentamos à apreciação da Assembleia Geral Relatório e Contas do Exercício de 2025 da Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade.

O presente relatório tem como objetivo resumir a atividade desenvolvida pela Irmandade ao longo do ano, evidenciando os avanços alcançados e os desafios superados em cada uma das principais áreas de atuação.

Mensagem do Provedor

O ano de 2025 ficou marcado pela condecoração atribuída pelo Senhor Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, à Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade com a Ordem do Infante D. Henrique, em reconhecimento da sua resiliência, relevância e serviços prestados à comunidade.

O ano de 2025 destacou-se como um período determinante na consolidação do processo de recuperação da Irmandade e de requalificação do seu edifício sede. A conclusão das principais intervenções no património permitiu, não apenas valorizar os nossos ativos, mas também reforçar a solidez financeira e social da Instituição. Com a recuperação económico-financeira da Irmandade e a conclusão das obras de requalificação das suas instalações, estão criadas condições mais favoráveis para revitalizar a ação social de apoio à comunidade, especialmente aos mais desfavorecidos.



No domínio do património, deu-se continuidade à conclusão do processo de recuperação iniciado em 2023, culminando com a cerimónia de inauguração das obras no dia 05 de julho, que contou com a presença de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Bispo do Porto, D. Manuel Linda e de representantes de outras Ordens e Irmandades da cidade e dos Irmãos desta Irmandade. As intervenções no edifício sede da Irmandade representaram um investimento no valor total de € 1.404.254,98, ao qual se somam trabalhos complementares considerados indispensáveis no valor de € 155.313,73, que perfazem um investimento total de € 1.599.568,71.

Importa recordar que em 2024 a Câmara Municipal do Porto aprovou um segundo projeto estruturante para a Irmandade, com consiste na recuperação da igreja e da torre sineira e na reabilitação do edifício n.º 36/36A da Rua de Cimo da Vila, atualmente em ruínas, para a construção de seis apartamentos de tipologia T0, destinados a rendimento, num investimento estimado entre cerca de € 300.000. Este projeto estava previsto arrancar em 2025, mas tal não aconteceu em virtude de ser necessário repensar a sua forma de financiamento, uma vez que, para o seu financiamento, se previa a utilização de cerca de um terço do produto da venda do edifício da Rua Pinto Bessa, que se encontra devoluto e em ruína.

A dimensão e o elevado estado de degradação do imóvel da Rua Pinto Bessa inviabilizavam a sua recuperação para arrendamento, quer pelos custos inoportáveis para a Irmandade, quer pela fraca rendibilização esperada. A sua venda permitiria canalizar recursos para a preservação de ativos estratégicos, como a recuperação da igreja e da torre sineira, que há largos anos está escorada e sem acesso, e a recuperação dos edifícios da Rua Cimo de Vila, que estão também em ruínas, reforçando simultaneamente a sustentabilidade económica através da utilização dos edifícios para arrendamento e dinamização de atividades sociais e culturais.

A construção das seis unidades habitacionais T0 no edifício 36/36 A da Rua Cimo de Vila constituía uma excelente oportunidade de recuperação de património em ruína e a criação de uma fonte permanente de rendimento para a Irmandade, com previsão de recuperação do investimento em cerca de quatro anos. A não autorização pela Assembleia Geral da alienação do imóvel da Rua de Pinto Bessa, inviabilizou a execução do Plano



Estratégico traçado para a Irmandade até 2027, ao impedir o avanço, em 2025, do projeto aprovado pela Câmara Municipal do Porto de recuperação da igreja, da torre sineira e da reabilitação dos edifícios da Rua de Cimo da Vila.

No plano da ação social, o Refeitório Social deixou de funcionar em meados de 2025 por decisão da Câmara Municipal do Porto, que entendeu não se justificar a sua continuidade. Esta valência era desenvolvida numa parceria entre a autarquia, a CASA - Centro de Apoio ao Sem Abrigo e a Irmandade, destinando-se ao apoio diário à população mais vulnerável. Mantém-se a parceria e o protocolo assinado com a CASA, onde pretendemos desenvolver iniciativas inovadoras no âmbito da ação social, conforme consta do Programa de Ação e Orçamento para 2026, também reprovado pela Assembleia Geral.

No âmbito religioso, realizam-se semanalmente celebrações eucarísticas dominicais, abertas à comunidade e aos utentes do hospital. Ao longo do ano são igualmente promovidas diversas festividades religiosas, como a celebração da Quinta-feira Santa e a Festa da Padroeira. A Irmandade é ainda responsável pela gestão do seu cemitério, onde se está a fazer um trabalho rigoroso de levantamento e regularização da situação dos jazigos e capelas abandonadas.

Chegados ao final de 2025, é possível constatar uma valorização significativa do património da Instituição, impulsionada pelas intervenções realizadas, financiadas integralmente com capitais próprios. Com vista a assegurar a sustentabilidade financeira a longo prazo da Irmandade, a adoção de uma gestão financeira rigorosa permitiu assegurar o equilíbrio financeiro de curto prazo, em que as receitas permanentes mensais superam as despesas correntes, ou seja, existe um superavit permanente de tesouraria. Em síntese, 2025 foi um ano de consolidação, valorização patrimonial e reforço institucional, criando condições para um futuro sólido e sustentável.

Os resultados alcançados são fruto do empenho, dedicação e espírito de missão de todos os que colaboraram ao longo deste ano. A superação dos desafios enfrentados reforça a confiança na capacidade coletiva de continuar a dignificar e fortalecer a Irmandade.

Olho para o futuro com confiança. Acredito que 2026 será um ano de consolidação do compromisso com a comunidade, tirando partido das infraestruturas agora requalificadas.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

1. Mesa Administrativa

A Mesa Administrativa é constituída pelos seguintes membros: Provedor - Professor Doutor Manuel Mações, Vice-Provedor - Dr. António da Costa Bastos, Tesoureira - Professora Doutora Isabel Oliveira, Professora Doutora Maria José Angélico, responsável pelo pelouro da Ação Social e Cultural, Dr^a Arlinda Pinto Ribeiro e Manuel Silva da Fonseca responsáveis pelo pelouro da igreja e do culto,

Durante o exercício, o cargo de Secretário foi desempenhado pela Dr^a Mónica Guerreira, que apresentou o pedido de renúncia ao cargo por motivos de natureza profissional, que impossibilitavam o exercício pleno das suas funções, a qual veio a ser substituída pelo mesário substituto Dr. Diogo Ribeiro, que, por sua vez, apresentou o seu pedido de renúncia ao cargo em dezembro de 2025, que foi aceite.

A distribuição de pelouros e atribuição de responsabilidades está refletida no organograma seguinte:





2. Manutenção da Classificação da Irmandade como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)

À semelhança do que tem sucedido em anos anteriores, a Irmandade tem mantido a manutenção do Estatuto de IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, na sequência da execução do Plano de Ação apresentado ao Centro Distrital do Porto da Segurança Social.

A continuidade deste reconhecimento decorreu, não só do trabalho e das atividades desenvolvidas pela Instituição, mas também da revisão do Artigos 4º - Fins e Atividades Principais e Artigo 5º - Fins Secundários e Atividades Instrumentais dos Estatutos da Irmandade. Estas alterações estatutárias foram aprovadas pela Assembleia Geral em 29 de março de 2023 e pela Diocese do Porto.

A necessidade de proceder a essa revisão resultou de uma auditoria promovida pela Direção-Geral da Segurança Social, que identificou a obrigatoriedade de adequar os Estatutos ao regime jurídico aplicável às Instituições de Solidariedade Social, nos termos do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro.

3. Atividades Desenvolvidas

3.1. Requalificação do Património

Em 2025 encerra-se uma etapa iniciada em 2023, com a finalização das intervenções estruturais no edifício sede da Irmandade, abrangendo também a zona dos claustros.

Foi durante o processo de obra que se revelou, de forma mais evidente, o valor histórico e arquitetónico do claustro e áreas conexas, até então utilizadas de forma indiferenciada, encontrando-se bastante degradadas e mesmo num estado deplorável. A sua recuperação passou a assumir um papel central na estratégia de valorização patrimonial, perspetivando-se a criação de um espaço dedicado à dinamização cultural. Todavia, o



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

processo de recuperação está ainda incompleto, dada a concretização do projeto museológico previsto para esse local ter ficado inviabilizada, uma vez que dependia, em parte, da alienação do imóvel da Rua de Pinto Bessa, proposta que não obteve aprovação da Assembleia Geral.

Essa decisão condicionou igualmente o avanço de outras intervenções já autorizadas pela Câmara Municipal do Porto, designadamente a requalificação da igreja e da torre sineira, bem como a reconversão do edifício situado no n.º 36/36A da Rua de Cimo da Vila. No que respeita à igreja, não foi possível a sua requalificação, pois o seu estado de conservação exige uma intervenção mais vasta, essencial para garantir a salvaguarda do património e permitir a sua plena fruição pública, designadamente através da integração em percursos de visita cultural.

Quanto ao edifício da Rua de Cimo da Vila, o plano delineado contemplava a construção de seis estúdios (T0) destinados a arrendamento social, com especial enfoque em estudantes e rendas favoráveis. Esta solução permitiria, por um lado, responder a necessidades habitacionais concretas e, por outro, reabilitar um imóvel devoluto, transformando-o num ativo gerador de rendimento regular, capaz de sustentar futuras iniciativas de cariz social.

3.2. Hospital

A exploração da valência hospitalar permanece confiada à entidade externa Involvepeople, nos termos do contrato celebrado entre ambas as partes. A atividade desenvolvida tem evidenciado padrões de qualidade, em conformidade com os princípios, fins e áreas de intervenção consagrados nos artigos 4.º e 5.º dos Estatutos da Vulnerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade. Até à presente data, não foram registadas reclamações suscetíveis de pôr em causa a qualidade do serviço prestado aos utentes.

As intervenções realizadas no edifício sede tiveram igualmente impacto positivo nas condições oferecidas pelo hospital, melhorando o conforto e a funcionalidade dos espaços e reforçando o compromisso institucional com a prestação de cuidados de qualidade.



No âmbito das melhorias previstas, a Involvepeople assumiu ainda o compromisso de proceder à substituição integral das janelas do edifício. Embora esta intervenção ainda não esteja concluída, prevê-se que a mesma esteja finalizada no início de 2026.

3.3. Família e Comunidade

De acordo com o protocolo celebrado com a entidade gestora, compete à Involvepeople assegurar o acompanhamento direto e permanente dos seus utentes, pois assume integralmente a gestão operacional e técnica da mesma. Ainda assim, a Irmandade, através dos seus órgãos sociais, exerce uma função de acompanhamento institucional, monitorizando regularmente o funcionamento do serviço e avaliando o cumprimento dos níveis de qualidade esperados. Acresce que os irmãos beneficiam de um desconto de 20% quando recorrem aos serviços do hospital e os utentes do hospital beneficiam de apoio espiritual e religiosos, quer através de visitas do nosso prelado e do acesso à igreja e à celebração da missa semanal.

Desta forma, a intervenção da Irmandade não se limita à esfera contratual, procurando assegurar uma resposta integrada que valorize a dignidade, o respeito e o bem-estar global dos utentes do Hospital do Terço, numa perspetiva de proximidade e humanização.

3.4. Igreja

Durante o ano de 2025 manteve-se uma programação religiosa ativa e contínua, dirigida não apenas aos utentes, mas também aos irmãos e à população portuense. A dimensão espiritual permaneceu, assim, como um eixo estruturante da vida da Irmandade.

A celebração eucarística semanal continuou a realizar-se na Igreja sob orientação do Capelão, um momento aberto de participação comunitária. Foram asseguradas as condições necessárias para que os residentes do lar que o desejassem pudessem estar presentes, com o apoio logístico adequado e em ambiente de respeito e recolhimento.



R
[Handwritten signatures]

Mas a ação pastoral foi além da celebração dominical. O Capelão manteve disponibilidade regular para acompanhamento individual, proporcionando apoio espiritual personalizado aos utentes, quer em situações pontuais, quer através de presença continuada ao longo da semana.

Para além desta prática regular, realizaram-se celebrações de particular significado no calendário litúrgico, nomeadamente:

- A celebração da Quinta-feira Santa, integrada nas solenidades pascais;
- A Festa da Padroeira, assinalada com Eucaristia solene;
- A Comemoração dos Fiéis Defuntos, incluindo momento de oração no cemitério privativo do Prado do Repouso;
- A Solenidade da Imaculada Conceição, que integrou celebração eucarística, exposição e bênção do Santíssimo Sacramento, recitação do terço e ato de consagração.

Este ano, a Solenidade da Imaculada Conceição realizou-se em simultâneo com a cerimónia de inauguração da conclusão das obras de requalificação do edifício-sede, no dia 5 de julho. A festividade contou com a presença de representantes de outras ordens da cidade, bem como de irmãos da Instituição, tendo a celebração eucarística sido presidida pelo Senhor Bispo do Porto. A cerimónia incluiu ainda o descerramento de uma placa evocativa da ocasião.

Estes momentos assumiram especial relevância na promoção do convívio fraterno e no fortalecimento da dimensão espiritual da comunidade, proporcionando espaços de reflexão, partilha e vivência da fé. A Irmandade reafirma, deste modo, o seu propósito de assegurar acompanhamento religioso regular e significativo, contribuindo para a coesão comunitária e para a preservação dos valores que sustentam a sua missão.

3.5. Cemitério

Durante o ano, realizaram-se eventos no cemitério privado da Irmandade, os quais geraram receitas decorrentes das atividades deste espaço. Estas iniciativas tiveram como objetivo, para além da arrecadação de receitas, manter o nosso compromisso com a



preservação e a adequada manutenção do cemitério, assegurando que continue digno e acolhedor para todos aqueles que nele procuram recordar e homenagear os seus entes queridos.

As atividades realizadas no cemitério ao longo do ano de 2025 e os respectivos valores são os seguintes:

- Concessões de Jazigo / Sepultura	26 240,00 €
- Inumações / exumações / trasladações	1 494,00 €
- Conservação de Sepulturas Temporárias	1 125,00 €
- Taxas de obras de manutenção e restauro / limpeza	365,00 €
- Taxas de Averbamento	720,00 €

O total de receitas provenientes destas atividades perfaz 29 944,00 €.

4. Desempenho Económico e Financeiro

Um momento decisivo na história recente da Irmandade foi, sem dúvida, o cumprimento do Plano Especial de Recuperação (PER). Este processo permitiu enfrentar e superar desafios financeiros e operacionais complexos, que ameaçavam o futuro da Instituição, com coragem, determinação e visão estratégica. Graças ao esforço contínuo, à dedicação de todos os membros e à aplicação rigorosa de uma gestão planeada, foi possível cumprir e até antecipar o cumprimento do PER, que foi concluído com sucesso em 2020, criando as condições necessárias para que a Irmandade se fortalecesse e consolidasse a sua presença social, cultural e comunitária.

Desde então, a atual Provedoria tem trabalhado com foco na sustentabilidade e no crescimento estruturado da Instituição. As medidas implementadas reorganizaram a estrutura administrativa e financeira, preservaram e valorizaram o património histórico e criaram espaço para o desenvolvimento de atividades sociais e culturais de impacto. Este progresso reflete, não apenas a liderança e visão da Provedoria e da Mesa Administrativa, mas também o empenho coletivo de todos os que participam na vida da Irmandade.



Mantendo o rumo definido pelo plano estratégico, a Irmandade continua a avançar com segurança rumo aos seus objetivos de longo prazo, fortalecendo a sua capacidade de servir a comunidade e garantir a preservação do seu legado histórico. Olhando para o futuro, estamos confiantes de que a Instituição continuará a inovar nas suas respostas sociais, a ampliar o impacto das suas atividades e a consolidar a sua relevância enquanto referência de solidariedade, cultura e tradição para as gerações que se seguem.

O que se acaba de expor é constatado pelo quadro seguinte que evidencia a evolução das principais massas patrimoniais da Irmandade ao longo dos anos de 2021 a 2025.

Evolução das Massas Patrimoniais (em euros)

Rubricas	2025	2024	2023	2022	2021
Ativo	2 794 957	3 444 819	2 722 863	2 294 527	1 930 663
Passivo	63 719	856 655	197 203	15 604	30 233
Fundos Patrimoniais	2 731 238	2 588 164	2 525 660	2 278 923	1 900 430

De acordo com o plano estratégico definido pela atual Provedoria, a conservação do património da Irmandade e a manutenção do equilíbrio económico-financeiro têm sido prioridades fundamentais e estão asseguradas. Ao longo do período em análise, verifica-se um crescimento expressivo do total do ativo, que passou de € 1.930.663 em 2021 para € 2.794.957 em 2025, refletindo um aumento médio de aproximadamente de 44,8%. Entre 2024 e 2025 registou-se, porém, uma ligeira redução do ativo, explicada pela diminuição de caixa e depósitos bancários, bem como pela redução das dívidas a pagar ao Estado e a Outros Entes Públicos. É importante destacar que os ativos fixos tangíveis da Instituição registaram um acréscimo de 284 723 € neste período, devido à conclusão das obras de requalificação do edifício-sede.

O crescimento do ativo foi acompanhado por uma evolução positiva nos fundos patrimoniais, que passaram de € 1 900.430 em 2021 para € 2.731.238 em 2025, correspondendo a um aumento de aproximadamente 43,7%. Entre 2024 e 2025, verificou-se um acréscimo de cerca de 5,5%. O crescimento do resultado líquido ao longo dos anos permitiu a passagem de resultados transitados negativos para positivos, atingindo € 62.471

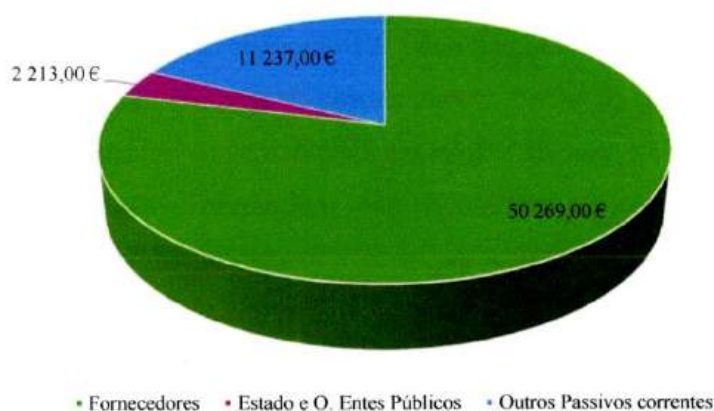


R
[Handwritten signature]

em 2025. Destaca-se a evolução positiva dos resultados transitados, que anteriormente apresentavam valores negativos e expressivos; refira-se que, em 2020, esta rubrica era negativa em € 1.030.561. Graças ao desempenho consistente registado ao longo dos anos analisados, estes valores foram significativamente reduzidos e revertidos, encontrando-se atualmente positivos em € 62.471, refletindo a solidez e o equilíbrio financeiro da Irmandade.

A Irmandade continua a apresentar uma elevada autonomia financeira, sendo financiada totalmente com fundos próprios. Os Investimentos foram assegurados com fundos da própria Irmandade e da venda do imóvel em Lisboa. O passivo é integralmente de curto prazo, não existindo passivo não corrente, o que reforça a solidez financeira da Irmandade e a sustentabilidade das suas operações (figura seguinte):

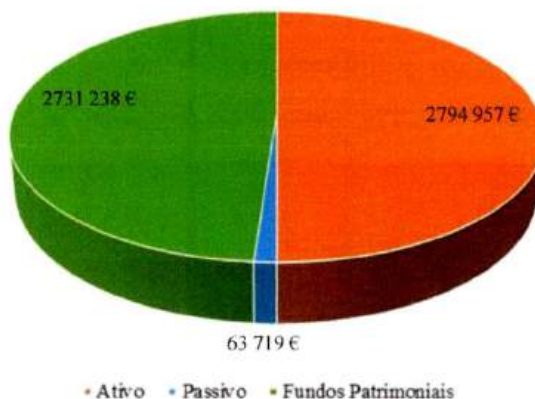
Passivo Corrente



A análise às massas patrimoniais gerais para o ano de 2025 pode ser visualizada na figura seguinte.



Massa Patrimoniais Gerais



A análise da estrutura financeira evidencia que, apesar das obras no edifício sede, a Irmandade mantém uma posição de elevada solidez, com o ativo quase integralmente financiado por capitais próprios, apresentando o passivo uma reduzida expressão material.

Em suma, os resultados financeiros registados em 2025 refletem um período de crescimento e consolidação da Instituição. A Irmandade continuará a adotar uma abordagem prudente e estratégica, garantindo a manutenção de um crescimento sustentável e sólido no futuro, o que significa que os resultados financeiros observados em 2025 refletem um período de crescimento e consolidação para a Irmandade. Continuaremos a adotar uma abordagem prudente e estratégica, de modo a assegurar a manutenção deste crescimento sustentável no futuro.

Nos últimos anos, o crescimento dos fundos patrimoniais tem evidenciado o forte compromisso e dedicação da atual Provedoria na promoção de uma gestão financeira equilibrada e sustentável. Estes recursos desempenham um papel fundamental no suporte à missão e aos objetivos estratégicos da Instituição, garantindo que esta continue a servir a sua comunidade e a preservar o seu património para as gerações futuras. Esse equilíbrio financeiro foi obtido em simultâneo com o investimento em obras de requalificação elevadas e essenciais ao desenvolvimento e à continuidade da Irmandade.

Para corroborar estas afirmações, o quadro seguinte apresenta a evolução dos resultados.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Evolução dos Resultados (em euros)

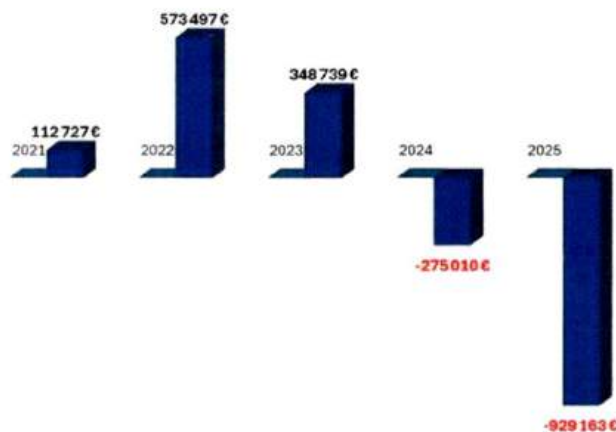
Resultados	2025	2024	2023	2022	2021
Resultados Operacionais	242 620	69 092	296 236	530 561	67 510
Resultados Financeiros	- 23 512	- 6 589	24 759	0	0
Resultado Líquido do Exercício	219 108	62 503	320 995	530 561	57 510

Entre 2024 e 2025, o resultado líquido do exercício da Irmandade registou um crescimento significativo, aproximadamente de 281%, impulsionado principalmente pelo aumento dos resultados operacionais, que cresceram cerca de 259,4%, em grande parte devido à valorização de outros rendimentos.

A redução dos resultados financeiros deve-se ao aumento de encargos financeiros resultantes da utilização temporária do financiamento de € 700 000 aprovado pelo Banco Santander.

Para completar a análise é crucial verificar a evolução dos fluxos de caixa da Irmandade, que consiste na diferença entre as entradas e saídas de meios financeiros. Evolução que pode ser visualizada no quadro seguinte.

Evolução do Cash Flow





[Handwritten signature]

O cash flow representa a liquidez gerada pelas atividades da Irmandade ao longo do ano, refletindo a diferença entre as entradas e saídas de recursos financeiros. Este indicador é essencial para avaliar a capacidade da Instituição em gerar meios suficientes para cumprir as suas obrigações e financiar as suas atividades operacionais e de investimento.

Entre 2024 e 2025, registou-se uma redução significativa do cash flow, justificada pelos elevados pagamentos realizados para suportar as obras de requalificação do património. Embora este investimento tenha afetado temporariamente a liquidez da Irmandade, trata-se de uma ação estratégica indispensável para a valorização e preservação dos seus ativos, garantindo a continuidade e o aperfeiçoamento das infraestruturas.

Apesar destes valores, a Irmandade encerrou o ano de 2025 com meios financeiros de € 9.935, sem qualquer financiamento de curto ou médio e longo prazo. Importa salientar que, mesmo face a esta redução, a Irmandade mantém uma posição financeira sólida, sustentada por uma gestão prudente e equilibrada dos recursos disponíveis. Os meios financeiros líquidos continuam em níveis robustos, assegurando não apenas o cumprimento dos compromissos assumidos, mas também a estabilidade necessária para enfrentar desafios futuros e concretizar novas iniciativas estratégicas.

Este contexto evidencia a relevância de uma gestão financeira rigorosa, capaz de conciliar investimentos estruturais com a manutenção da liquidez indispensável ao normal funcionamento das atividades da Irmandade.

5. Perspetivas Futuras

Apesar dos significativos investimentos realizados na requalificação do património, a Irmandade mantém uma situação financeira sólida e equilibrada, com receitas correntes que continuam a superar as despesas. Para 2026, a Instituição planeia desenvolver diversas iniciativas de carácter social, em linha com o Plano Estratégico 2024/2027, visando reforçar a sua missão e a sua participação na comunidade.

Com a conclusão das obras no edifício-sede, os espaços agora recuperados, os claustros, que antes eram desconhecidos, oferecem novas oportunidades. Inicialmente



Ry
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

pensados para acolher o museu da Instituição, a sua utilização ficará temporariamente adiada, podendo ser destinados a arrendamento para a realização de eventos, contribuindo assim para a sustentabilidade financeira da Irmandade.

No cemitério pretende-se continuar com as atividades iniciadas em 2025.

A gestão financeira continuará a ser aprimorada, com a implementação de medidas que visam otimizar recursos e reduzir custos operacionais, garantindo uma administração eficiente e sustentável.

Prevê-se também a captação de novos irmãos, incentivando a participação ativa na vida institucional, e a celebração de protocolos com entidades públicas e privadas que partilhem os valores da Irmandade, reforçando a ação social e comunitária.

Entre os projetos sociais previstos, destaca-se a criação do Centro de Apoio aos Mais Desfavorecidos da Cidade do Porto, direcionado a pessoas em situação de sem-abrigo e outros grupos vulneráveis. Este centro será instalado no antigo refeitório da Irmandade, espaço histórico que será remodelado e adaptado, proporcionando conforto, higiene, segurança e um ambiente acolhedor para os seus utentes. Centro que terá como missão de oferecer acolhimento, apoio social e psicológico, e orientação para a reintegração social e profissional, promovendo autonomia e esperança. Para isso, a Irmandade contará com a ampliação da parceria existente com a CASA - Centro de Apoio aos Sem-Abrigo, desenvolvendo em conjunto o Projeto DIGNITUDE, garantindo uma gestão qualificada e acompanhamento técnico adequado. O projeto irá assegurar condições básicas de higiene, acesso a cuidados de saúde, desenvolvimento de competências de vida, fortalecimento da rede solidária da cidade e integração da Irmandade na Rede Social NEXUS, reforçando o papel da Instituição no combate à exclusão social no Porto.

Estas iniciativas serão determinantes para garantir a continuidade da missão da Irmandade, ampliando o seu impacto social e preservando o legado histórico e cultural para as gerações vindouras.



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

6. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos dos Estatutos, a Mesa Administrativa submete à apreciação da Assembleia Geral o Relatório e Contas referente ao exercício de 2025. Propõe-se que o resultado líquido positivo do ano, no valor de € 219.107,79 (duzentos e dezanove mil, cento e sete euros e setenta e nove cêntimos), seja transferido para Resultados Transitados.

Tal como ocorreu com a aplicação dos resultados líquidos dos exercícios anteriores, esta proposta tem como finalidade reforçar o capital próprio da Irmandade, garantindo a consolidação financeira após a cobertura integral dos prejuízos acumulados nos anos anteriores.

Com a aprovação desta proposta, os resultados transitados da Irmandade passarão de € 62.471,33 (sessenta e dois mil, quatrocentos e setenta e um euros e trinta e três cêntimos) para € 281.579,12 (duzentos e oitenta e um mil, quinhentos e setenta e nove euros e doze cêntimos) evidenciando uma recuperação consistente e a inversão da tendência de resultados negativos verificada em anos anteriores.

Esta decisão reflete o compromisso contínuo da Irmandade com uma gestão financeira equilibrada e responsável, consolidando uma base sólida que permitirá sustentar os objetivos e responsabilidades da Instituição com maior estabilidade e segurança no futuro.

7. Nota Final

A conclusão, em 2025, das obras de requalificação do edifício-sede e dos claustros representou um esforço significativo, fruto da dedicação, colaboração e espírito de equipa de todos os envolvidos. Este marco reforça a capacidade da Irmandade de enfrentar desafios futuros e de prosseguir os objetivos estratégicos definidos.

A Mesa Administrativa expressa a sua profunda gratidão a todos os colaboradores, fornecedores e arrendatários que contribuíram para o desenvolvimento e sustentabilidade da Instituição ao longo do ano. Um agradecimento especial dirige-se ao Banco Santander, pela parceria contínua e pelo apoio estratégico que tem permitido consolidar o equilíbrio financeiro da Irmandade.



O Provedor destaca também o empenho da Mesa Administrativa, cujo compromisso foi determinante para a implementação das melhorias realizadas.

Encerramos 2025 com reconhecimento a todos os que, de alguma forma, ajudaram a fortalecer a Irmandade. A dedicação e colaboração de cada um são a base do nosso sucesso e da continuidade da nossa missão.

Porto e Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade, em 20.02.2026

A Mesa Administrativa,

Prof. Doutor Manuel Ramos Mações (Provedor)

Dr. António Manuel da Costa Bastos (Vice-Provedor)

Prof.ª Doutora Isabel Maria Machado Oliveira (Tesoureira)

Prof.ª Doutora Maria José Angélico Gonçalves (Vogal)

Dr.ª Arlinda Teixeira Alves Pinto Ribeiro (Vogal)

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**
PORTO

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL**

**ANO DE
2025**

DENOMINAÇÃO: VENERÁVEL IRMANDADE DE Nª SENHORA DO TERÇO E CARIDADE

MORADA: Travessa Cimo de Vila, 19

LOCALIDADE: Porto

FREGUESIA: Sé

CONCELHO: Porto

**CODIGO
POSTAL:** 4250-327



(O Contabilista Certificado)

A MESA ADMINISTRATIVA:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: 20-02-2026

ASSINATURAS:











ASSINATURA DO PRESIDENTE


VENERÁVEL IRMANDADE DE Nª SENHORA DO TERÇO E CARIDADE
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte : 500846669
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2025	31-12-2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2 766 057,75	2 481 334,79
Investimentos financeiros	9.1	9 803,50	9 717,89
		2 775 861,25	2 491 052,68
Ativo corrente			
Estado e outros entes públicos	9.7	7 196,12	10 182,57
Diferimentos	9.2	1 943,97	4 484,65
Outros ativos correntes	9.3	20,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	9.4	9 935,44	939 098,59
		19 095,53	953 765,81
Total do ativo		2 794 956,78	3 444 818,49
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	9.5	617 137,70	617 137,70
Resultados transitados	9.5	62 471,33	-31,90
Excedentes de revalorização	9.5	1 832 521,03	1 832 521,03
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	9.5	0,00	76 033,65
		2 512 130,06	2 525 660,48
Resultado líquido do período		219 107,79	62 503,23
Total dos fundos patrimoniais		2 731 237,85	2 588 163,71
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	5	0,00	696 744,96
		0,00	696 744,96
Passivo corrente			
Fornecedores	9.6	50 268,95	149 268,39
Estado e outros entes públicos	9.7	2 212,74	1 313,92
Outros passivos correntes	9.8	11 237,24	9 327,51
		63 718,93	159 909,82
Total do passivo		63 718,93	856 654,78
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 794 956,78	3 444 818,49

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado





VENERÁVEL IRMANDADE DE Nª SENHORA DO TERÇO E CARIDADE
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte : 500846669

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	6	5 350,00	3 150,00
Subsídios, doações e legados à exploração	9.9	1 132,74	824,55
Fornecimentos e serviços externos	9.10	-81 785,40	-42 789,62
Gastos com o pessoal	7	-69 791,32	-62 282,94
Aumentos/reduções justo valor	9.11	85,61	19 476,64
Outros rendimentos	9.12	435 168,48	202 223,40
Outros gastos	9.13	-1 844,13	-5 141,90
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		288 315,98	115 460,13
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-45 696,47	-46 368,62
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		242 619,51	69 091,51
Juros e rendimentos similares obtidos	9.14	165,48	14 250,00
Juros e gastos similares suportados	5	-23 677,20	-20 838,28
Resultados antes de impostos		219 107,79	62 503,23
Resultado líquido do período		219 107,79	62 503,23

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado



VENERÁVEL IRMANDADE N.º SENHORA TERÇO E CARIDADE
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		5 350,00	3 150,00
Pagamentos a fornecedores		-1 792 873,82	-74 218,46
Pagamentos ao pessoal		-47 345,44	-42 539,43
Caixa gerada pelas operações		-1 834 869,26	-113 607,89
Outros recebimentos/pagamentos		904 322,28	191 722,36
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-930 546,98	78 114,47
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	-930 162,74
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		251,09	33 726,64
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		251,09	-896 436,10
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		1 132,74	824,55
Financiamentos obtidos		0,00	563 325,03
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	-20 838,28
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		1 132,74	543 311,30
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-929 163,15	-275 010,33
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		939 098,59	1 214 108,92
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.4	9 935,44	939 098,59

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

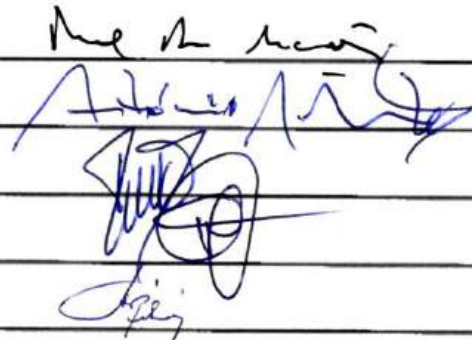
VENERÁVEL IRMANDADE Nª SENHORA TERÇO e CARIDADE
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

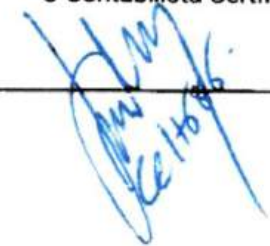
Contribuinte: 500846669

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Funcionamento Geral	PERÍODOS	
			2025	2024
Vendas e serviços prestados	6	5 350,00	3 150,00	3 150,00
Custo das vendas e dos serviços prestados	7	-69 791,32	-69 791,32	-62 282,94
Resultado Bruto		-64 441,32	-64 441,32	-59 132,94
Outros Rendimentos		436 552,31	436 552,31	236 774,59
Gastos administrativos		-127 481,87	-127 481,87	-89 158,24
Outros Gastos	9.13	-1 844,13	-1 844,13	-5 141,90
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		242 784,99	242 784,99	83 341,51
Gastos de financiamento (líquidos)	9.14	-23 677,20	-23 677,20	-20 838,28
Resultado antes de impostos		219 107,79	219 107,79	62 503,23
Resultado líquido do período		219 107,79	219 107,79	62 503,23

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado



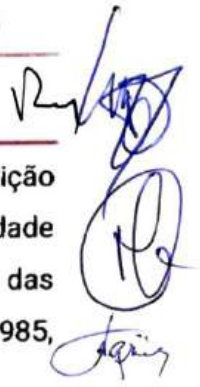


**VENERÁVEL IRMANDADE DE N^a
SENHORA DO TERÇO E
CARIDADE**

**Anexo às Demonstrações Financeiras
2025**

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros ...	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	10
5	Custos de Empréstimos Obtidos	10
6	Rédito	11
7	Benefícios dos empregados.....	11
8	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	11
9	Outras Informações	11
9.1	Investimentos Financeiros	11
9.2	Diferimentos	12
9.3	Outros ativos correntes	12
9.4	Caixa e Depósitos Bancários.....	12
9.5	Fundos Patrimoniais	12
9.6	Fornecedores.....	12
9.7	Estado e Outros Entes Públicos.....	13
9.8	Outros Passivos Correntes	13
9.9	Subsídios, doações e legados à exploração	13
9.10	Fornecimentos e serviços externos.....	13
9.11	Aumentos / reduções de justo valor.....	14
9.12	Outros rendimentos	14
9.13	Outros gastos	14
9.14	Resultados Financeiros	14
9.15	Acontecimentos após data de Balanço.....	15



1 Identificação da Entidade

A "VENERÁVEL IRMANDADE DE Nª SENHORA DO TERÇO E CARIDADE" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social", registada na Direção-Geral da Solidariedade e Segurança Social, no livro 2 das Associações de Solidariedade Social, a folhas 176 e verso, sob o n.º 56/85, em 14/08/1985, com sede na Travessa Cimo de Vila, 19 na cidade do Porto.

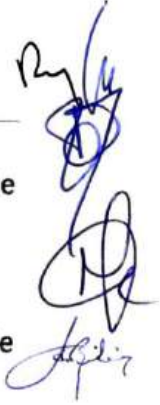
A Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade prossegue o bem público eclesial na sua área de intervenção, de acordo com as normas da Igreja Católica e tem como fins a promoção da solidariedade e caridade cristãs, da cultura, educação e a integração comunitária e social – na perspetiva dos valores do Evangelho – de todos os habitantes da comunidade onde está situada, especialmente dos mais pobres.

São ainda fins principais específicos da Irmandade:

- a) De acordo com as suas possibilidades, diretamente ou através de serviços a baixo custo ou gratuitos, conceder auxílios financeiros aos mais necessitados, irmãos e habitantes da comunidade onde está situada.
- b) Gerir, direta ou indiretamente, o Hospital do Terço e instituições anexas em ordem a, de acordo com as suas possibilidades, dar proteção aos irmãos necessitados na eventualidade da doença, podendo estender essa assistência a não irmãos, nas condições que definir em regulamentação interna.
- c) De acordo com as suas possibilidades, proteger os irmãos idosos ou inválidos, criando-lhes condições de acesso a uma estadia permanente.
- d) Dar integral cumprimento às disposições testamentárias dos seus benfeitores.
- e) Promover o culto religioso no seu templo privativo, de harmonia com a liturgia da Igreja Católica.
- f) Realizar as festividades à sua Padroeira, Nossa Senhora do Terço e Caridade e à Imaculada Conceição.
- g) Mandar celebrar no seu templo todos os domingos e dias de preceito da Igreja, uma missa por intenção de todos os irmãos vivos e defuntos e ainda pelos doentes internados no Hospital do Terço.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-



Lei nº 98/2015 de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259 /2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

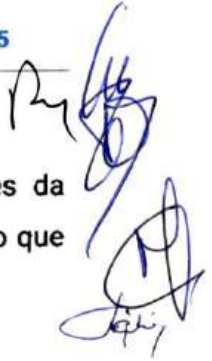
As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

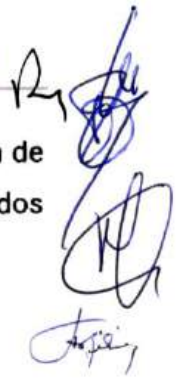
A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.



Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período, cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Ferramentas e utensílios	4
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando adições, abates e alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas da seguinte forma:

Descrição	31-12-2024	Adições	Alienações	Transferência	31-12-2025
Terrenos	19.008,41		19.008,41		0,00
Edifícios e outras construções	8.871.744,46	5.227,50	57.025,24		8.819.946,72
Equipamento Básico	1.016.723,02				1.016.723,02
Equipamento de Transporte	229,79				229,79
Equipamento Administrativo	283.814,90	1.818,99			285.633,89
Outros ativos fixos tangíveis	3.329,26				3.329,26
Ativos fixos tangíveis em curso	1.195.106,73	394.844,59			1.589.951,32
Ativo Tangível Bruto	11.389.956,57	401.891,08	76.033,65	0,00	11.715.814,00
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e outras construções	7.626.416,92	40.946,73	4.562,00		7.662.801,65
Equipamento Básico	997.010,90	4.325,94			1.001.336,84
Equipamento de Transporte	229,79				229,79
Equipamento Administrativo	283.634,91	423,80			284.058,71
Outros ativos fixos tangíveis	1.329,26				1.329,26
Depreciações Acumuladas	8.908.621,78	45.696,47	4.562,00		8.949.756,25
Ativo Tangível Líquido	2.481.334,79	356.194,61	-71.471,65	0,00	2.766.057,75

5 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. A rubrica de financiamentos apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2025			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Santander	0,00	0,00	696.744,96	0,00	696.744,96	696.744,96
Total	0,00	0,00	696.744,96	0,00	696.744,96	696.744,96

Os juros e amortizações de capital dos financiamentos, estão divulgados no quadro seguinte:

Descrição	2025			2024		
	Capital Amortizado	Juros	Total	Capital Amortizado	Juros	Total
Santander	0,00	23.677,20	23.677,20	0,00	20.838,28	20.838,28
Total	0,00	23.677,20	23.677,20	0,00	20.838,28	20.838,28

6 Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Prestação de Serviços	5.350,00	3.150,00
Quotas e joias	5.350,00	3.150,00
Outros Réditos	177.995,62	182.943,11
Rendimentos em propriedades investimento	177.830,14	168.693,11
Juros e rendimentos aplicações financeiras	165,48	14.250,00
Total	183.345,62	186.093,11

7 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais é de "7".

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2025 e 2024 foi de "3".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações ao pessoal	56.785,58	51.284,16
Encargos sobre as Remunerações	12.195,90	10.410,05
Seguros de Acidentes no Trabalho	809,84	588,73
Total	69.791,32	62.282,94

8 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

9 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

9.1 Investimentos Financeiros

No período de 2025 e 2024 a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2025	2024
Investimentos Financeiros		
Investimentos noutras empresas	8.846,31	8.760,79
Títulos de dívida pública	569,80	569,80
Fundos Compensação trabalho	387,39	387,39
Total	9.803,50	9.717,98

9.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1.943,47	4.484,65
Total	1.943,47	4.484,65

9.3. Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Outra Contas a Receber		
Outros devedores	20,00	0,00
Total	20,00	0,00

9.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2025	2024
Caixa	838,13	635,76
Depósitos à ordem	9.097,31	156.866,94
Aplicações tesouraria	0,00	781.595,89
Total	9.935,44	939.098,59

9.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	617.137,70	0,00	0,00	617.137,70
Resultados transitados	-31,90	62.503,23	0,00	62.471,33
Reavaliação Ativos Fixos Tangíveis (edifícios)	1.832.521,03	0,00	0,00	1.832.521,03
Doações	76.033,65	0,00	76.033,65	0,00
Total	2.525.660,48	62.503,23	-76.033,65	2.512.130,06

9.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	50.268,95	149.268,39
Total	50.268,95	149.268,39

9.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
ATIVO		
Iva - restituição	7.196,12	10.182,57
Total	7.196,12	10.182,57
PASSIVO		
IRS - retenções	420,00	251,68
Segurança Social	1.792,74	1.062,24
Total	2.212,74	1.313,92

9.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		11.050,85		9.247,51
Outros credores		186,39		80,00
Total	0,00	11.237,24	0,00	9.327,51

9.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Doações e heranças - Donativos	1.132,74	824,55
Total	1.132,74	824,55

9.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Serviços especializados	39.726,86	23.718,04
Materiais	4.109,01	1.446,91
Energia e fluidos	1.028,36	1.129,64
Deslocações, estadas e transportes	6,75	86,50
Serviços diversos	36.914,42	16.408,53
Total	81.785,40	42.789,62

9.11 Aumentos / reduções de justo valor

A Entidade reconheceu em 2025 e 2024 ganhos do "justo valor" no seguinte investimento financeiro:

Descrição	2025	2024
Santander - aplicações tesouraria	0,00	19.429,93
Millennium BCP - ações	85,61	46,71
Total	85,61	19.476,64

9.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Outros rendimentos		
Rendimentos Suplementares	5.276,34	28.882,18
Alienações - Investimentos não financeiros	224.562,00	0,00
Rendimentos em propriedades investimento	177.830,14	168.693,11
Correções relativas exercícios anteriores	0,00	4.648,11
Outros rendimentos	27.500,00	0,00
Total	435.168,48	202.223,40

9.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	584,13	532,23
Correções exercícios anteriores	0,00	3.629,67
Donativos	1.260,00	980,00
Total	1.844,13	5.141,90

9.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	23.677,20	20.838,28
Total	23.677,20	20.838,28
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos e ganhos em aplicações tesouraria	165,48	14.250,00
Total	165,48	14.250,00
Resultados Financeiros	-23.511,72	-6.588,28

9.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2025

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa

